



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO

CÓDIGO: 58C4.9837.268E.0166

Emitida no dia 25/08/2020 às 13:57:53

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **09.299.850/0001-07**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.receita.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ

CNPJ: 08.810.350/0001-25

Praça Vila do Imperador, 160

Centro - CEP: 58.380-000

INGÁ - PB



PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ

UM NOVO TEMPO

SECRETARIA DE FINANÇAS – DIVISÃO DE TRIBUTOS

Praça Vila do Imperador, 160 – Centro – Ingá - PB – CNPJ: 08.810.350/0001-25

CEP: 58.380-000 - Fone/Fax: (83) 3394-1236

CERTIDÃO

No cumprimento em razão do requerimento ao Sr. **PREFEITO MUNICIPAL**, e de acordo com o que consta no arquivo do Setor de Tributação, **CERTIFICO** que; **CARTÓRIO DO 1º OFICIO (MATRIZ E FILIAIS)**, CNPJ: 09.299.850/0001-07, Endereço: **RUA GETULIO VARGAS, Nº 77, CENTRO, INGÁ – PB**. Está quite com a **Fazenda Pública Municipal**, o que dou fé.

Ingá, 24 de Agosto de 2020.


João Paulo do Nascimento Vasconcelos
Chefe do Dep. de IPTU
Mat. 22223523

Validade da Certidão, 31.12.2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CARTORIO DO 1 OFICIO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.299.850/0001-07
Certidão n°: 20754250/2020
Expedição: 24/08/2020, às 11:45:06
Validade: 19/02/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CARTORIO DO 1 OFICIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **09.299.850/0001-07**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.